

OLHARES SOBRE A MATERNIDADE: EXPERIÊNCIA DE MULHERES-MÃES MIGRANTES QUE VIVENCIAM O DESLOCAMENTO E SEUS DESAFIOS PROFISSIONAIS

PERSPECTIVES ON MOTHERHOOD: THE EXPERIENCE OF MIGRANT WOMEN-MOTHERS FACING DISPLACEMENT AND THEIR PROFESSIONAL CHALLENGES

Mariane Amaral¹

Cristiana Magni²

Marcelo Naputano³

Resumo: Este artigo, fundamentado no construcionismo social e nas práticas dialógicas generativas, analisa as experiências de mulheres-mães migrantes frente aos desafios impostos pela interseção entre maternidade e migração. A pesquisa foi realizada em parceria com uma ONG do estado do Paraná e baseia-se nas narrativas de duas mulheres-mães venezuelanas e uma congolesa. Os resultados evidenciam que a sobreposição dos papéis de mãe e migrante intensifica contradições vividas no cotidiano, especialmente no que se refere à conciliação entre o cuidado com os filhos e a necessidade de inserção no mercado de trabalho. Tais experiências geram tensões entre expectativas culturais, demandas socioeconômicas e subjetividades maternas, levando a um processo contínuo de ressignificação identitária. O estudo ressalta a urgência de políticas públicas inclusivas que considerem as especificidades das trajetórias migratórias, promovendo apoio emocional, reconhecimento social e equidade de condições para o exercício da maternidade em contextos de deslocamento.

Palavras-chave: Práticas Dialógicas; Migração; Maternidade.

Abstract: This article, grounded in social constructionism and generative dialogical practices, examines the experiences of migrant mothers facing the challenges arising from the intersection of motherhood and migration. The study was conducted in partnership with a non-governmental organization (NGO) in the state of Paraná, Brazil, and is based on the narratives of two Venezuelan and one Congolese migrant mothers. The findings reveal that the overlapping roles of mother and migrant intensify everyday contradictions, particularly regarding the tension between caregiving responsibilities and the need to enter the labor market. These experiences give rise to conflicts between cultural expectations, socioeconomic demands, and maternal subjectivities, leading to an ongoing process of identity reconfiguration. The study highlights the urgency of inclusive public policies that acknowledge the specificities of migratory trajectories and promote emotional support, social recognition, and equitable conditions for the exercise of motherhood in contexts of displacement.

Keywords: Dialogic Practices; Migration; Motherhood.



Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional.

¹ Doutora em Desenvolvimento Comunitário - Universidade Estadual do Centro Oeste; Professora Colaboradora - Universidade Estadual do Centro Oeste; E-mail: marianeamaral01@gmail.com; ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8501-8186>.

² Doutora em Genética - Universidade Federal do Paraná; Professora Adjunta - Universidade Estadual do Centro Oeste; E-mail: crismagni@unicentro.br; ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5412-8411>.

³ Doutor em Psicologia - Universidade Estadual Paulista; Professor do Magistério Superior - Universidade Federal de Roraima; E-mail: marnaputano@gmail.com; ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4895-579X>.

Introdução

A maternidade, compreendida como a qualidade de ser mãe, assume múltiplas interpretações no contexto migratório. Cada mulher, com suas especificidades, é profundamente influenciada pelo ambiente em que está inserida, pelas culturas de origem e destino, bem como pelas complexidades inerentes ao processo de deslocamento. A experiência materna varia historicamente e em função das inserções culturais das mulheres (Gradvohl, Osis e Makuch, 2014, p. 56).

Os significados atribuídos à maternidade e as formas de exercê-la são contextualizados dentro de condições sociopolíticas mais amplas conforme Ramsay (2017). Já para Gradvohl, Osis e Makuch (2014), argumentam que a organização do cuidado maternal varia conforme a condição socioeconômica. Contudo, práticas divergentes emergem influenciadas por fatores culturais e dinâmicas familiares específicas, independentemente do nível socioeconômico. Além disso, destaca-se a individualidade de cada mulher ao decidir sobre assumir ou não o papel materno e na forma como valoriza e vivencia a maternidade e a maternagem.

Nesse contexto, o processo migratório introduz fatores que potencializam desafios e questionamentos. A perda de laços culturais, somada à exigência social de atender a padrões de maternidade em uma cultura desconhecida, impõe demandas emocionais que frequentemente sobrecarregam as mulheres (Ramos, 2012). Ademais, a experiência liminar, ou seja, de viver no limite e/ou entre duas culturas, costuma ser um momento de significativa incerteza e reformulação de identidade, tornando essas mulheres mais vulneráveis (Pangas, et al., 2019).

De acordo com Baird e Boyle (2012) ideias sobre maternidade são moldadas desde a infância, e enraizadas em heranças culturais. Assim sendo, mulheres frequentemente sentem-se responsáveis por preservar as crenças de sua terra natal, ao mesmo tempo em que buscam proporcionar o melhor para seus filhos em contextos culturais diversos. Choueiri (2021, p. 16, grifo do autor) reforça que “os modos de *maternar*, próprios de cada família, cultura e tradição, oferecem apoio e transmitem crenças, ideais, valores”. Nesse sentido, a migração exerce um impacto significativo na experiência materna, que, por sua vez, influencia as trajetórias de adaptação das mulheres migrantes. A compreensão das responsabilidades e expectativas atribuídas a essas mulheres, bem como os desafios que enfrentam, fomentam um diálogo necessário entre academia e sociedade, além de permitir uma análise mais ampla das vulnerabilidades que atravessam suas vidas.

Partindo do pressuposto de que “a maternidade é intensamente regulada e controlada por uma série de discursos normativos que apresentam modos socialmente aceitos de ser mãe” (Carpenedo e Nardi, 2017), deduz-se que no caso das mulheres migrantes esse controle é intensificado pela condição migratória. Isso gera uma sobreposição de expectativas e responsabilidades, tornando indissociáveis os papéis de mulher-mãe e migrante.

À luz do Construcionismo Social, Rasera e Jaspur (2005) afirmam que a realidade não é externa nem objetiva, mas construída continuamente por meio da linguagem e dos discursos, que refletem as condições sociohistóricas e os sistemas de significação de cada contexto. Nesse sentido, o significado da maternidade, especialmente para mulheres migrantes, é moldado por discursos mutáveis que geram expectativas com impacto direto sobre suas experiências.

Para Aching e Granato (2018, p. 142, tradução nossa), no caso de recém-mães, “após o parto, a necessidade de cuidar do recém-nascido provoca na mulher transformações e rearranjos em diferentes esferas de sua vida, sejam elas pessoais, conjugais ou sociais, para atender às novas demandas da maternidade”. A migração, nesse contexto, amplifica a carga psíquica e emocional dessas mulheres, uma vez que os sistemas simbólicos associados à maternidade e à condição migratória impõem papéis específicos e reforçam a carência de suporte social. A exigência de cuidar dos filhos, associada à ausência de redes de apoio e às dificuldades de inserção no mercado de trabalho, acentua ainda mais os desafios e a sobrecarga vivenciados por essas mulheres.

A experiência migratória, longe de ser isolada, acarreta impactos emocionais e físicos significativos para muitas dessas mulheres. Moraes, Araújo e Camargo (2023) afirmam que apesar de o percurso migratório não ser determinante para o adoecimento dos envolvidos, muitas pessoas entrevistadas em seu estudo relatam dificuldades iniciais, optando pelo isolamento. Em contrapartida, aquelas que acessam redes de solidariedade entre pares tendem a apresentar melhor resultados em termos de saúde emocional, o que reforça a importância do apoio social nesse contexto. Como destaca Cordeiro *et al.* (2023, grifo do autor), não somos seres isolados, mas sim, seres em relação, e, produto (momentâneo) de nossas interações, sendo por meio dessas relações que construímos a realidade.

Outro aspecto é que muitas dessas mulheres vivenciam a maternidade em contextos de solidão, condição que segundo Moraes, Araújo e Camargo (2023, p. 7, grifo das autoras), “pode evoluir para quadros depressivos”, agravando os desafios emocionais já existentes. Já Soares e Farias (2022), a imposição de um ideal de maternidade que delega, exclusivamente às

mulheres, a responsabilidade pelo cuidado infantil, constitui um fator significativo de adoecimento mental, pois compromete não apenas o bem-estar social, mas também a vida psíquica das mulheres.

Ainda conforme Moraes, Araújo e Camargo (2023) com mulheres migrantes em São Paulo, revela-se relatos de problemas de saúde emocional após a migração, reforça a necessidade de políticas públicas direcionadas ao acolhimento, pois o processo migratório gera rupturas familiares, sociais e culturais, resulta em luto migratório e isolamento inicial, acentuados pela falta de redes de apoio.

Corroborando esta afirmação, Soares e Farias (2022) argumentam que a exaustão física e psicológica limita a capacidade dessas mulheres de se organizarem social e politicamente, já que a maternidade deve ser vista como uma questão coletiva, exigindo uma reformulação do modelo social, particularmente quanto à distribuição das responsabilidades de cuidado, considerando que essas mães enfrentam exclusão e sobrecarga. E para Oliveira (2022), também conclui que as mulheres migrantes e refugiadas são particularmente vulneráveis em termos de saúde mental, impactadas por estresses e traumas ao longo de todas as fases do processo migratório.

Seguindo o contexto, a ausência de redes de apoio constitui um fator central na intensificação dos desafios emocionais vivenciados por mulheres migrantes, sobretudo no exercício da maternidade em um país estrangeiro. De acordo com Aching e Granato (2018), a rede de apoio social torna-se o único suporte disponível na ausência de familiares próximos. Saquet e Mondardo (2012) acrescentam que durante as migrações, essas redes são construídas cotidianamente em inúmeras interações (de amizades, de trabalho a espaços como igrejas e eventos culturais), o que contribui para reterritorializar e integrar os migrantes ao novo contexto. Estudos como os de Brunton, Wiggins e Oakley (2011) e Leite et al. (2014) reforçam a importância desse suporte, e destaca que o apoio de familiares e parceiros é relevante para o bem-estar emocional e psicológico das mulheres, enquanto a ausência dele aumenta sentimentos de angústia e insegurança.

Ante o exposto, o construcionismo social emerge como uma abordagem crítica apropriada para interpretar as narrativas dessas mulheres-mães em contexto migratório, questionando as formas naturalizadas de interpretação do mundo e as bases discursivas que sustentam construções de identidade. Para Rasera e Jasprur (2005, p. 23), essa perspectiva promove “uma postura crítica constante sobre as formas de descrever o mundo”, o inferir que desafia estereótipos essencialistas frequentemente associados às experiências maternas e migratórias.

Aliando-se a essa abordagem, pesquisas de natureza qualitativa se apresentam como uma ferramenta necessária para conhecer experiências desse grupo, ao “valorizar as dimensões subjetivas e a co-construção do conhecimento entre pesquisador e participante” (González, 2020; Patias; Hohendorff, 2019). Nesse cenário, as narrativas assumem função central e capturam a complexidade das experiências das mulheres-mães migrantes e evidencia o caráter dinâmico das identidades e dos significados atribuídos à maternidade e à migração. Assim, essas histórias oferecem uma compreensão mais sensível e aprofundada das vivências, com a problematização das construções socioculturais que permeiam o fenômeno migratório.

Diante disso, à luz do Construcionismo Social, o objetivo deste artigo é de apresentar as percepções de mulheres-mães migrantes sobre a interseção entre maternidade e migração, com ênfase nas tensões e contradições envolvidas na conciliação entre o cuidado dos filhos e a inserção no mercado de trabalho. Busca-se refletir sobre como tais vivências atravessam suas subjetividades e moldam práticas maternas frequentemente marcadas por exigências conflitantes, sentimento de insegurança e processos de reconfiguração identitária em contextos de deslocamento e vulnerabilidade social.

1 Metodologia

Esta pesquisa adotou uma abordagem qualitativa e utilizou das perspectivas do Construcionismo Social e das Práticas Dialógicas Generativas (Schnitman, 2010; 2012; 2016). O estudo foi conduzido com a anuência da presidente da Organização Não Governamental (ONG) Mulheres Emigrantes Unidas (MEU), que oferece apoio a mulheres em situação de migração no estado do Paraná. As participantes consentiram voluntariamente com sua inclusão na pesquisa, por meio da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, sendo garantidos o anonimato e a confidencialidade das informações, a fim de preservar sua integridade e segurança. O projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Estadual do Centro-Oeste, sob o parecer nº 6.266.949, emitido em 29 de agosto de 2023.

A ONG foi selecionada como parceira desta pesquisa devido ao seu trabalho no acolhimento de mulheres migrantes, e por abranger um programa específico voltado para mulheres-mães em contexto migratório. Localizada em uma capital brasileira com cerca de 1.774 milhões de habitantes, a ONG aborda questões como integração social, barreiras linguísticas e inserção no mercado de trabalho. Após inúmeros contatos via redes sociais, foi

estabelecido um acordo para que a ONG facilitasse o contato das mulheres participantes por meio de um formulário online enviado via WhatsApp®, a fim de verificar o interesse em participar da pesquisa. Assim, três mulheres-mães migrantes demonstraram interesse, sendo identificadas na pesquisa pelos pseudônimos Girassol, Débora e Rebecca.

As participantes foram selecionadas com base nos seguintes critérios: ser mulher-mãe migrante, com filhos menores de 18 anos, e ter sido acolhida pela ONG em algum momento do processo migratório. Os encontros com as mulheres-mães ocorreram remotamente via videochamadas na plataforma WhatsApp®, formato que melhor atendia à disponibilidade e rotina de cada uma delas. Antes de cada interação, foi apresentado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), enviado previamente em formato PDF e reafirmado verbalmente no início dos encontros. Todas as conversas foram gravadas em áudio, com o consentimento prévio das participantes, para posterior transcrição e análise. Os encontros tiveram uma duração média dos encontros de uma hora, sendo que duas mulheres-mães participaram de apenas um encontro e uma participou de dois deles.

Os diálogos foram conduzidos a partir de um roteiro semiestruturado e flexível, composto por questões norteadoras que abordaram tópicos como identificação, história de migração, vivência da maternidade no Brasil, perspectivas futuras e outras considerações pessoais. O processo dialógico, bem como o roteiro, baseou-se em perguntas generativas, conforme a abordagem de Schnitman (2010), permitindo uma exploração profunda e fluida das experiências relatadas.

As gravações foram transcritas inicialmente por ferramentas de reconhecimento de voz baseadas em inteligência artificial, sendo posteriormente revisadas manualmente para corrigir inconsistências relacionadas a sotaques e ao uso de múltiplos idiomas. A partir das transcrições revisadas e de registros feitos em um diário de campo, foram elaboradas narrativas individuais comentadas, que refletiram as experiências destas mulheres com base em uma escuta atenta e nas observações da pesquisadora. Para o presente texto, são apresentados recortes das narrativas, que destaca os elementos mais relevantes para a análise proposta. As falas das participantes foram mantidas na íntegra, sem correções ortográficas, preservando a autenticidade de suas expressões.

A análise das narrativas enfatizou momentos significativos relacionados à experiência de maternidade e migração, com base na literatura científica sobre migração, com foco em mulheres migrantes no Brasil. Os relatos foram compartilhados com as mulheres participantes e com a presidente da

ONG, onde foi possível recolher feedbacks positivos sobre os achados e as discussões geradas durante os diálogos.

2 Resultados

Girassol

Girassol, mãe de um menino de onze anos, migrou da Venezuela para o Brasil há nove meses em busca de melhores condições de vida, devido à crise em seu país de origem. Ela e o marido, que migrou um ano antes, tinham empregos estáveis, mas a decisão de migrar visava garantir um futuro mais promissor para o filho. ela trabalhava em uma universidade como intérprete de língua de sinais, mas ainda não conseguiu revalidar seu diploma no Brasil. Sem rede de apoio familiar, ela só pode trabalhar nos horários em que o filho está na escola ou quando o marido está em casa de folga do trabalho.

Yo vim da Venezuela para melhorar mi vida, mas será que vou correr atrás de um emprego que no vou olhar meu filho o dia todo? No, no posso, isso no é melhorar a vida dele.

Nesse período de adaptação, Girassol adotou uma postura de repressão emocional, buscando manter uma “neutralidade” em relação aos seus sentimentos para não desestabilizar o filho durante a migração e nos primeiros meses de instalação no Brasil. No entanto, isso gerou dificuldades, incluindo crises de pânico, ansiedade, insônia e episódios de choro.

Então... eu procure ficar tranquila para que ele também tivesse tranquilo. No dia da saída ele chorou, chorou, mas eu tava fechada, sabe? Tava... no chorei, no... tava neutra. No, no... senti nada, foi até después, después de chegar, acho que dormi como que quatro días seguidos porque tava muy cansada, no consegui dormir bem, mas tava todo... sabe? Me acostumar com a casa, a tudo, muita emoção junta... então yo dormi como que quatro dias. Mas depois e aí acho que, depois de cinco dias foi que como que caí, así sabe? Entendi que estoy longe de mia casa, mia família, vou morar aqui. Aí foi que empezó tudo... o choro, o sentimiento, sabe? E... transtorno de ansiedad, pânico. Igual también... transtorno de sonhos, sabe? Para tentar dormir bem. Mas, só depois de dois meses é que consegui canalizar minhas emoções para avanzar. Para cuidar a ele, eu não chorava porque se yo chorava, ele ia ficar pior. Então... ele só olhava para mí e yo dizia pra ele “todo bem, todo bem”. Ele saía com su pai a rua y era aí que yo aproveitava a chorar. Para ele ficar bem, yo tinha que adiantar sabe?

Embora enfrentando esses desafios emocionais, Girassol se dedica a atividades informais, como cuidadora de idosos, professora particular de espanhol e voluntária em hospitais, onde pratica a “palhaçoterapia”. A falta de uma atividade profissional formal tem levado Girassol a refletir sobre sua identidade, especialmente à medida que ela se adapta à sua nova realidade como migrante.

É una transformación, é empezar tudo de novo. Allá na Venezuela, eu sou, era, professora, mas aqui não sou professora, sou simplesmente Girassol, sabe? Porque tem que hacer a revalida, então tem que procurar um monte de cosas que no tem como fazer porque no posso fazer revalida, tem que empezar, fazer quase tudo de novo, estudar. Então fico chateada, triste porque isso é... o que yo pensé que yo era, no sou.

Ela também compartilha que, ao comparar a maternidade no Brasil e na Venezuela, percebe uma grande diferença nas dinâmicas de cuidado infantil, o que a leva a valorizar sua posição privilegiada de poder se dedicar ao filho, priorizando seu bem-estar e desenvolvimento. Seu posicionamento se refere à observação de que no Brasil há uma maior delegação do cuidado infantil a terceiros, como escolas, creches e babás; enquanto na Venezuela, muitas mulheres priorizam o cuidado direto e integral com os filhos, assumindo de maneira predominante as responsabilidades familiares e parentais.

É muy difícil para una mamé migrante trabajar e dejar sozinho a los hijos em casa. Y yo acho que la mujer acá do Brasil, trabajan para pagar o cuidado do filhos. Entao fica difícil se no tem esposo, um contexto familiar muy forte, fica muy difícil porque se la mujer paga un creche ou paga escola, entao como faz para pagar saúde e fazer pagamentos das outras coisas, sabe? Eletricidade, luz, comida? Entao é muy difícil. É en caso de nosso, mi esposo trabalha e tem como pagar a luz e tal, mi filho ele tá en escola que é pública, entao no precisa ser pago. Entao assim, é muy difícil, ainda maior la dificuldade de una mamé de criança pequenininha que tem que trabalhar e deixar o filho ao cuidado de outra pessoa ou fazer o pagamento de un creche. Acho muy difícil esse contexto. Meu trabalho también, eu fico así pensando... como deixo o filho um dia todo él sozinho? Como fazer tarefa, atividade, quién educa o filho? Quién que educa o filho, se no fica em casa? Entao acho que não são criados por la mamé, são criados por la Internet, la tela, mas no do lugar da família, entendeu? Porque por la rotina de vida, la ritmo de vida, tudo hace que la mamé fique preocupada, mas se tem que trabalhar, entao... Yo vi como palhaça de hospital, muita pessoa que fala “eu trabalho, tenho que pagar una pessoa que fique no hospital cuidando do filho”.

E ia trabalhar. E também tem pessoas que trabalham só pra pagar a una pessoa o pra pagar un creche. Então... trabalhando para que, por que que tá fazendo? Quién tá criando o filho?

Débora

Débora, mulher venezuelana de 30 anos, chegou ao Brasil em 2019 acompanhada de sua filha Alice, agora com sete anos. Aqui no Brasil teve Cecília, hoje com dois anos. Inicialmente migrando com um companheiro, Débora se separou e passou a vivenciar a maternidade solo, enfrentando desafios pessoais, financeiros e emocionais. Residente na periferia da capital, ela lida com a escassez de vagas em creches para Cecília, o que limita sua entrada no mercado de trabalho formal. Para garantir alguma renda, vende produtos caseiros e revende outros produtos industrializados como cosméticos.

Não tem vaga pra creche e eu preciso trabalhar. Então... eu cheguei da Venezuela com um cônjuge, sabe? Mas, por questão de muitos problemas, eu estou morando sozinha com mis duas filha.

[...] é complicado. Além da situação pessoal, sabe? Porque assim, aquela pessoa [pai das suas filhas] tem sua casa também, tem seus gastos, então eu entendo, sabe? Cumprir dois gastos é difícil hoje em dia que tem inflação, que cada dia as coisas estão mais custosas, ah é difícil, mas... a gente vai como Deus ajuda.

Então assim, por enquanto eu a feito lo que pude. Vender pão, vender produto de Natura, vender roupa lingerie, vender chinelos, vender calçados, sabe? Assim porque a gente precisa ter uma renda, uma renda extra, então tá muito difícil nesse sentido, sabe? Infelizmente. Aqui também tenho duas crianças, tem horário de escola, então vou procurar emprego, infelizmente a maioria dos empregos a gente tem que entrar muito cedo, seis da manhã, cinco da manhã. Imagine eu acordar minha filha às quatro da manhã pra ir, pra levar que alguém cuide. É muito cedo, é muito desgastante para a criança. Então... ou o trabalho é até muito tarde, vinte e duas horas da noite, vinte e três horas da noite, eu falo “meu Deus é difícil!”. É difícil... pra mim tem sido difícil de verdade procurar um emprego com carteira assinada porque no tem como os horários.

A filha Alice enfrentou dificuldades de adaptação escolar, agravadas por um atraso de fala existente antes da migração e pela barreira linguística. Nos primeiros meses no Brasil, Débora vivenciou uma maternidade solitária, o que trouxe uma intensa carga emocional.

Para mi, foi muito difícil no sentido que eu passé aqui minha maternidade sozinha. Eu no teve aqui ni mamãe, ni pai, ni una irmã, ni una prima, ningüém. Sabe lo que é ningüém? Ningüém! Então, às vezes essa carga emocional é ainda mais pesada. Então... e nos primeiros meses que ela estava neném, então imagine, eu recibo un bebê, minha filha Alice tem, vai pra cinco anos, então minha filha, para ela também é todo novo e ela faz mais demanda de atenção porque olha que eu estou dando mais atenção ao bebê que a ela, então claro, a carga emocional está ainda forte.

Nesse relato, ela expressa preocupações em relação à importância de sua presença para o aprendizado e desenvolvimento das filhas. Apesar de se identificar como protetora, reconhece a necessidade de cuidar de sua saúde mental para oferecer o melhor suporte às crianças.

Para deixar minhas filhas com alguém tem que ter recomendação, tengo que olhar su casa, tengo que olhar se dá, tengo que olhar así, sabe?

Porque imagine, agora está muy difícil. Então, é isso, mais a responsabilidade de nós mães como mulher. Aquele cuidado de no posso chegar tarde, no posso sair tarde, porque logo que chega precisa aquele tempo de qualidade, ou lá fazer as tarefas ou vamos brincar um pouquinho ou levamos para um parque. Porque isso no enriquece solo la criança, até pra nós mesmas, sabe? Isso é algo que se ativa dentro de nós, que ativa alegria de mãe, sabe? Que algo así como mãe se fala que está fazendo o certo, está dando atenção, porque todo tem consequência.

Débora reflete como toda sua trajetória se molda sua percepção de si mesma, revelando uma mulher resiliente, profundamente envolvida com suas filhas e consciente das transformações que sua vivência trouxe à sua identidade e visão de mundo.

Penso que minha decisão de vir para o Brasil y depois de enfrentar a maternidade sozinha... a cada passo foi mudando a mi como mujer y como mãe también.

No cobro nada de mi mãe, mas olho que foi uma mulher forte porque por exemplo eu, eu ... eu estava quase que vivendo a mesma situação que minha mãe, só que eu falei “meu Deus, se eu no saio de este relacionamento tóxico eu vou terminar como minha mãe”, como descuidando os filhos ou com la depressão, ou la ansiedad, sabe? Procuro em ocupar minha mente em trabalho, trabalho, trabalho e no me descuidar eu. Quando eu también sou importante, quando eu sou mãe, sí, sou, mas sou mujer también. Entaño... así, eu penso así, se eu no estou bem mentalmente, como

vou oferecer pra minhas filhas una saúde mental? No posso... vá a ser difícil... então así.

Para mim, tem que ter um momento de parar, pensar, pensar em mi como mulher, que quiero para mi, lo que tô fazendo todos los días que fico bien e que é melhor para elas también.

Rebecca

A experiência de Rebecca, uma mulher congolesa de 30 anos que migrou para o Brasil durante a gestação, mostra uma trajetória que evidencia a ausência de uma rede de apoio, a sobrecarga emocional e física, as dificuldades de inserção no mercado de trabalho, e as implicações dessas dinâmicas para a maternidade e a construção de identidade em contextos culturais distintos. Rebecca chegou ao Brasil grávida de cinco meses, enfrentando um contexto de solidão e incertezas.

Então eu cheguei aqui grávida de cinco meses, cheguei sozinha. Eu cheguei aqui sozinha né e... depois de quatro meses eu ganhei minha filha... então é isso. Era um contexto um pouco complicado porque eu cheguei aqui sozinha, grávida, sem falar nada do idioma e no mesmo dia eu estava na maternidade porque a gravidez era de alto risco, então mesmo dia da minha chegada aqui, eu estava na maternidade né, por conta de complicações.

Essa ausência de rede de apoio agravou os desafios da maternidade solo, especialmente em um país estrangeiro onde o idioma e as práticas culturais eram desconhecidos.

Como minha gravidez era de alto risco, então é um contexto bem complicado pra não ter ninguém comigo né. Eu tive uma amiga que ajudou algumas vezes, mas ela tava trabalhando então... eu tava sozinha. Depois da minha filha nasceu, ela é minha primeira criança, então eu não sei até como cuidar da minha filha, como cuidar dela, então isso tava bem complicado, muitas coisas. E ela nasceu na pandemia do COVID 19, então bem complicado.

A solidão, somada às responsabilidades de cuidar de uma bebê recém-nascida, levou-a a vivenciar uma depressão pós-parto.

[...] Porque no começo eu falei eu vou ser forte, forte, forte, forte, mas depois com muitas acumulações né, eu passei por uma depressão que no começo eu não percebia.

Outro ponto central em sua narrativa é a busca por inserção no mercado de trabalho, e essa limitação reflete um desafio comum às mulheres migrantes, mas, apesar das adversidades, Rebecca priorizou o cuidado e a educação de sua filha. Ela relata com orgulho a importância de oferecer um ambiente propício ao desenvolvimento da criança, mesmo diante das dificuldades.

Até agora, eu não trabalhei porque os horários que eu encontro são um pouco diferentes [...] não tem ninguém pra deixar minha filha ou pegar ela, em vez de eu sair no trabalho, então é complicado, até agora não arrumei trabalho.

No entanto, ela reconhece os desafios relacionados ao racismo estrutural e à exclusão social, preocupando-se com o impacto dessas questões na experiência da filha em um ambiente escolar onde crianças negras são minoria:

Cada dia você escuta um caso de racismo e tenho medo [...] ela vai sofrer de racismo? Será que ela vai passar racismo? Como vai ser? Eu tenho medo, tipo assim, nós mães, acho que... temos esses medos.

Rebecca também compartilha estratégias para fortalecer a autoestima da filha, ajudando-a a lidar com questões de identidade racial:

Elá queria ter o cabelo bem liso assim né, porque a gente tem o cabelo crespo. Eu falo: você é linda assim, você.

Além de sua jornada como mãe, Rebecca é uma mulher resiliente que encontrou na educação e no trabalho voluntário meios de reconstruir sua identidade e traçar novos caminhos. Prestes a se formar em Relações Internacionais, seu envolvimento em uma ONG voltada ao apoio de mulheres migrantes é um exemplo de como transformou suas próprias experiências em ações concretas para ajudar outras pessoas:

Como eu faço parte da diretoria, tem muitas demandas dessas mulheres. Então, como eu sou imigrante, eu sei como são as dificuldades dessas mulheres. Eu estou fazendo do meu melhor, dando o meu melhor a essas mulheres.

Em suas reflexões, ela demonstra como a migração a transformou profundamente. Um processo de ressignificação evidenciado em seu esforço para equilibrar as expectativas culturais de sua terra natal com os valores e possibilidades encontrados no Brasil:

Se eu precisar fazer isso de novo, recomeçar, acho que eu vou conseguir porque tudo que eu passei aqui no Brasil fez de mim o que eu sou hoje [...] me transformou em outra pessoa. Essa minha história né. Eu tenho orgulho de dizer que minha história se transformou muito, fez de mim uma outra mulher. Sim, muitas vezes com dores, eu chorei tudo isso, mas valeu. Valeu.

3 Discussão

As responsabilidades maternas permeiam todas as fases do processo migratório, desde a decisão de se deslocar até a integração em um novo ambiente. Assim, a ausência de uma rede de apoio impacta profundamente a adaptação cultural de mulheres-mães migrantes, influenciando diretamente seus papéis tanto na esfera pública quanto na privada. Sem um suporte adequado, essas mulheres enfrentam dificuldades para equilibrar as demandas da maternidade com as exigências do mercado de trabalho, o que restringe suas oportunidades profissionais e limitar o tempo e a energia disponíveis para buscar emprego, manter um trabalho ou qualificar-se para melhores posições.

Já na esfera privada, o acúmulo de responsabilidades no cuidado dos filhos e na gestão do lar, sem auxílio externo, intensifica o desgaste emocional e físico. Em contrapartida, quando existe uma rede de apoio (seja familiar, comunitária ou institucional) as mulheres compartilham algumas dessas responsabilidades, facilitando tanto sua inserção no mercado de trabalho quanto uma adaptação mais equilibrada e menos extenuante em ambas as esferas.

A exemplo, ao explorar as narrativas de Girassol, Débora e Rebecca, torna-se evidente a complexa interconexão entre maternidade e inserção no mercado de trabalho, revelando sutilezas particulares de cada experiência. Ao chegar ao Brasil, mulheres migrantes enfrentam um longo processo de adaptação e inclusão socioeconômica, muitas vezes sendo relegadas a condições de desemprego ou subemprego (Ramos e Dias, 2020; Tonhati e Araújo, 2023).

Essas dificuldades tornam-se visíveis em casos como o de Débora, que recorre a atividades informais na área de vendas, para complementar sua renda. Para este contexto, Tonhati e Araújo (2023) ressaltam que a maioria das mulheres migrantes ocupam posições precárias e informais, incluindo trabalhos domésticos e vendas de produtos, muitas vezes em condições de superexploração e sem garantias trabalhistas.

Apesar de muitos migrantes chegarem ao país de destino com alguma qualificação profissional ou até diploma universitário, a dificuldade em validar suas formações os direciona para o trabalho doméstico (Bertoldo e Ricardo, 2017). Sant’Ana e Menezes (2022) ressaltam que essa dificuldade leva migrantes a se sentirem desanimados ao serem forçados a aceitar empregos aquém de suas qualificações. No caso de Girassol, observa-se uma tensão persistente entre sua trajetória profissional e as exigências do maternar em contexto migratório. Embora manifeste o desejo de retomar a carreira como professora (reconhecendo o valor simbólico e prático dessa identidade), a ausência de rede de apoio e os entraves estruturais do novo país a colocam diante de uma decisão que está longe de ser plenamente voluntária: renunciar a sua qualificação e autonomia econômica para priorizar o cuidado direto com o filho.

A impossibilidade dela de revalidar o diploma e a responsabilidade integral pelos cuidados maternos a condicionam a essa escolha, revelando os limites impostos pelo contexto. O suporte financeiro do cônjuge, que possui emprego estável, atenua a pressão econômica imediata, mas não elimina a perda de identidade profissional nem a sobrecarga emocional associada ao recomeço. Trata-se, portanto, de uma nuance de classe que permite certa margem de escolha, embora dentro de fronteiras restritivas marcadas por desigualdades de gênero, migração e cuidado.

A sobreposição dos papéis de mulher-mãe e migrante no contexto da inserção no mercado de trabalho envolve um conjunto de decisões complexas, muitas vezes interdepende, o que inclui a priorização dos cuidados com os filhos em detrimento da participação no trabalho formal. Contudo, entender essa escolha como uma opção meramente individual ou universalizada é limitada e simplista, pois implicaria em uma visão romantizada da maternidade e desconsideraria as múltiplas camadas de significado e restrições sociais. Do ponto de vista do construcionismo social, essa aparente escolha é, na verdade, um reflexo das negociações e interações sociais que envolvem as mulheres, seus contextos familiares e culturais, e as estruturas de apoio ou restrição que encontram.

Embora algumas mulheres-mães migrantes optem por focar no cuidado dos filhos, muitas enfrentam situações financeiras que as obrigam a ingressar no mercado de trabalho, mesmo sob condições adversas. Essas decisões não ocorrem no vazio; são construídas a partir de interações e das normas compartilhadas no ambiente social em que estão inseridas. Neste aspecto, o construcionismo social coopera para entender que essas “escolhas” são moldadas por discursos sociais e relações de poder, como a presença ou

ausência de redes de apoio, pressões econômicas e as expectativas culturais que cercam as mulheres migrantes em seus papéis maternos. Esse ponto de vista sugere que priorizar os filhos nem sempre é uma escolha deliberada; mas sim, é uma consequência das dificuldades impostas pela migração, somadas às dinâmicas sociais e culturais que estruturam as experiências dessas mulheres.

Assim, a tensão entre o cuidado materno e a inserção no trabalho formal evidencia a complexidade e variabilidade dessas vivências que escapam a categorizações fixas ou generalizantes. Conforme apontam Gergen e Rasera (2023, p. 48), cada modo de vida é valorizado por seus participantes e não há como escolher entre eles sem adotar uma tradição de avaliação.

Então essa abordagem valoriza as experiências como socialmente construídas e estabelecidas, e reconhece que as práticas de maternidade e inserção no mercado de trabalho são criadas e sustentadas por significados coletivamente negociados. Assim, a vivência materna das mulheres migrantes deve ser compreendida dentro de suas especificidades culturais e sociais, o que significa adotar um olhar que privilegia suas próprias interpretações e evita a imposição de critérios externos ou de modelos universais de vida, que não captam a riqueza e a singularidade de suas experiências.

Assim, Barros de Souza et al. (2022) analisaram os desafios das mulheres haitianas no Brasil ao tentar equilibrar o cuidado aos filhos com trabalho e estudos, constatando que essa carga adicional gera sobrecarga, estresse e ansiedade. A dificuldade em conciliar maternidade e demais responsabilidades cotidianas é um fator que impacta significativamente o bem-estar dessas mulheres. O comentário de Girassol sobre a tendência à terceirização do cuidado infantil no Brasil, como exemplo, ecoa em outras configurações socioculturais descritas na literatura sobre migração latino-americana, e evidencia disputas simbólicas e materiais em torno das práticas parentais.

Outra pesquisa relevante é de Daniel (2014), com mulheres peruanas residentes no Rio de Janeiro, mostra uma valorização do cuidado materno direto entre aquelas das classes média e alta, que, amparadas pela renda dos cônjuges, optam por se afastar do mercado de trabalho formal. Essa escolha socialmente legitimada reflete uma reconfiguração das relações de gênero e destaca o cuidado como eixo central na organização das experiências migratórias dessas mulheres.

Segundo Bertoldo e Ricardo (2017), os papéis de gênero influenciam de maneira diferente as dinâmicas familiares, as estratégias migratórias e a inserção no mercado de trabalho, e indica impactos específicos nas estruturas familiares e nas atividades realizadas pelos migrantes.

Neste contexto migratório, a dinâmica de inserção ou exclusão no mercado de trabalho no país de destino emerge como aspecto central para a adaptação ao novo ambiente, com impacto tanto a trajetória profissional como também a autopercepção e os processos de integração social. Conforme afirma Dubus (2018), o trabalho formal figura como um dos fatores mais determinantes para uma integração bem-sucedida no país de acolhida, e funciona como um meio de promover o pertencer e contribuir para a construção de uma identidade cultural alinhada ao novo ambiente.

Contudo, a ausência de oportunidades de inserção profissional apresenta desafios substanciais, de maneira diferente para mulheres migrantes que enfrentam barreiras estruturais ou estigmatizações associadas à condição de migrante e à maternidade. Neste sentido, Choueiri (2021, p. 36) destaca que “a mulher imigrante gestante ou aquela que chegou acompanhada dos filhos ocupa um lugar ainda mais frágil, pois sua inserção no mercado de trabalho está impedida, ao menos temporariamente”. Tal limitação compromete a capacidade de sustento financeiro, além de afetar a autoestima e a percepção de valor individual, e exige, portanto, uma reconfiguração dos significados atribuídos à identidade e ao papel social.

Assim, seja no cenário de inclusão ou exclusão, a interação com o ambiente social, a negociação de significados e a participação em diálogos culturais permanecem elementos essenciais para a construção da identidade da mulher migrante, destaca o caráter dinâmico e relacional deste processo. Yannoulas (2002, p.16, grifo da autora) ressalta que a participação das mulheres no mercado de trabalho é muitas vezes descontínua, influenciada por fatores como maternidade, estado civil, composição familiar e local de residência (urbano ou rural). Essas condições tornam os trabalhos em tempo parcial, ocasionais ou sazonais mais frequentes entre mulheres, uma resposta à **“necessidade de harmonizar o desempenho doméstico e profissional”**. A compreensão desses aspectos é relevante para desenvolver políticas e práticas que melhor atendam às necessidades específicas dessa população em situação migratória.

Contudo, na narrativa de Débora, revela-se uma faceta particular da articulação entre maternidade e inserção no mercado de trabalho de mulheres-mães solo migrantes, marcada por obstáculos estruturais no sistema educacional. A escassez de vagas em creches, especialmente para sua filha mais nova, constitui um impedimento direto à obtenção de empregos formais, cujos horários são incompatíveis com as exigências do cuidado materno. Como mulher-mãe solo, moradora da periferia e sem o apoio do pai das crianças, Débora é levada a trabalhar na informalidade, vende pães,

cosméticos e roupas. Essa situação mostra como sua classe social, a falta de redes de apoio e o lugar onde vive limitam suas chances de conseguir um emprego formal.

Nesse contexto, a “escolha” de recusar empregos com jornadas incompatíveis com a presença materna não se configura como uma decisão autônoma, mas como uma resposta às restrições impostas pela migração e pelas dinâmicas sociais, que transformam a prioridade aos filhos em uma necessidade imposta, e não em uma opção deliberada.

Já na situação de Rebecca, destaca-se que o uso dos recursos disponíveis está mais ligado ao suporte para seus estudos do que à facilitação de sua inserção no mercado de trabalho formal, embora sua formação acadêmica possa contribuir para uma futura colocação profissional. Essa realidade revela uma dimensão particular da tensão entre maternidade e ingresso no trabalho formal: a formação como caminho para o futuro colide com a falta de suporte para o cuidado da filha. Prestes a concluir a graduação, ela enfrenta a impossibilidade de conciliar sua rotina com horários compatíveis ao trabalho, evidenciando que seu desejo de desenvolvimento pessoal e profissional esbarra em barreiras estruturais concretas.

Dessa maneira, a contradição central de sua experiência reside justamente nisso: formar-se, mas não poder trabalhar. Chegou ao país grávida de alto risco e sozinha, o que a colocou em situação de extrema vulnerabilidade e ausência de rede de apoio. A maternidade solo, especialmente com uma recém-nascida durante a pandemia, resultou em depressão pós-parto e impediu sua inserção no mercado formal devido à incompatibilidade de horários e à falta de quem cuidasse da filha.

A especificidade do caso de Rebecca está no fato de que, apesar das adversidades e da ausência de emprego formal, ela está prestes a se formar em Relações Internacionais, sendo um capital cultural e uma aspiração profissional que se chocam com as limitações impostas pela maternidade migrante. Destaca-se, portanto, que a utilização de recursos, como vagas em creches, em seu caso, está mais associada à continuidade dos estudos do que à participação no mercado de trabalho formal, ainda que sua formação represente importante perspectiva para o futuro.

Essa distinção evidencia a diversidade de estratégias adotadas por mulheres-mães para conciliar responsabilidades familiares, parentais e profissionais, revela-se assim, que as soluções variam conforme suas condições socioeconômicas. Embora Débora e Rebecca residam na mesma cidade, vivem em bairros distintos, o que reflete desigualdades profundas no acesso a recursos públicos, como vagas em creches. A distribuição desigual

de serviços educacionais e sociais em áreas urbanas está diretamente relacionada às diferenças de classe social, que gera disparidades que limitam as oportunidades de mães migrantes conforme seu local de moradia.

Ao considerar a dimensão geográfica como um reflexo das desigualdades sociais, a análise das experiências dessas mulheres torna-se mais complexa, sendo relevante a necessidade de compreender tanto as variáveis individuais quanto as condições estruturais que moldam suas possibilidades. A dificuldade de Débora em obter vaga em creche e a relativa facilidade de Rebecca apontam para a influência decisiva da classe social, evidenciada na alocação desigual de recursos e no acesso a redes de apoio.

Além disso, a resiliência de Rebecca, que transforma suas vivências em ações voluntárias em uma ONG, ressalta como mulheres com maior capital cultural e melhores condições constroem formas de resistência e reconstrução identitária, apesar das barreiras enfrentadas. Essa dinâmica reforça que as desigualdades de classe atravessam a experiência migratória e maternal, determinando não apenas o acesso a serviços essenciais, mas também as estratégias adotadas para conciliar maternidade e inserção social.

Tonhati e Araújo (2023, p. 24) afirmam que junto ao aumento no número de mulheres, há a chegada de mais crianças e adolescentes migrantes ao Brasil, de forma que a falta de redes de apoio e conexões profissionais dificulta ainda mais a inserção no mercado de trabalho e ressaltam que o fortalecimento das políticas públicas inclusivas para as crianças, como expansão das escolas e creches nos bairros, é importante para atender as necessidades das mães migrantes.

Para além das questões relativas à inserção no mercado de trabalho, as mulheres-mães migrantes enfrentam o desafio de subordinar suas próprias vontades e necessidades às demandas impostas pela maternidade e pelo processo de adaptação ao novo país. O cuidado constante dos filhos, somado à pressão de integrar-se a uma nova cultura, resulta na renúncia de suas aspirações e projetos pessoais. Ao priorizarem o bem-estar e a segurança, essas mulheres dedicam-se intensamente à criação dos filhos em um ambiente desconhecido, o que pode exacerbar o isolamento e o desgaste emocional. Nesse contexto, suas oportunidades de desenvolvimento pessoal e social são desconsideradas, muitas vezes em virtude da ausência de uma rede de apoio adequada para lidar com os desafios simultâneos da migração e da maternidade.

A influência profunda da maternidade na migração não pode ser simplesmente atribuída à validade empírica das decisões individuais, mas sim, às vicissitudes dos processos sociais que permeiam essas narrativas. Em outras

palavras, a compreensão da maternidade como um fator que determina as escolhas migratórias não é apenas uma construção individual relacionada às circunstâncias pessoais, mas é moldada e sustentada por fatores sociais mais amplos e complexos em que essas mulheres-mães estão inseridas. À luz do Construcionismo Social, interpreta-se que a validade e sustentação dessas experiências não estão apenas na esfera individual, mas são profundamente enraizadas nos processos sociais que permeiam a vida dessas mulheres-mães. “[...] às exigências impostas às mulheres mães nos parecem estar a serviço de um aprisionamento de suas subjetividades.” (Soares; Farias, 2022, p. 1).

Nesse sentido, o Construcionismo Social oferece uma perspectiva teórica que permite ver essas identidades como processos em constante construção e transformação, ao invés de entidades fixas. Para Wittgenstein (2022) por exemplo, as palavras e os significados não são rígidos ou estáveis; ao contrário, são moldados pelos jogos de linguagem em que os significados dependem dos(as) interlocutores(as), do contexto e dos objetivos específicos em que são utilizadas. Desse modo, ao interagir com um novo contexto cultural e linguístico, as mulheres migrantes além de adotar uma nova língua e cultura, também transformam-se no diálogo com esses novos elementos.

Tal como observa Cordeiro *et al.* (2023), os fenômenos sociais possuem um caráter processual, sendo um constante devir que se recria continuamente. A partir dessa perspectiva, as experiências de maternidade e trabalho das mulheres-mães migrantes não são vistas como resultados estáticos, mas como vivências que se transformam conforme elas constroem novos significados de si mesmas e de suas identidades em interações sociais dinâmicas e complexas. Além disso, essas mulheres participam de práticas sociais que carregam significados socioculturais profundos e arraigados, o que sublinha a dimensão histórica e cultural da realidade social.

Assim, o desafio da maternidade e do trabalho no contexto migratório é mais do que uma questão de adaptação individual; é uma construção que envolve práticas e significados compartilhados que moldam essas experiências. Nesse sentido, a maternidade e a identidade da mulher migrante tornam-se fenômenos enraizados em um processo dialógico e relacional, onde novas significações são constantemente negociadas e produzidas. Ou seja, o sentido de pertencimento e identidade é contínuo, ressignificado e moldado pela prática social, pela interação com outros interlocutores; sejam eles profissionais, familiares ou agentes sociais do país de acolhimento.

Além disso, o movimento construcionista rejeita a existência de uma verdade absoluta e a-histórica, ainda enfatiza que toda construção de significado ocorre dentro de contextos socioculturais específicos. De acordo

com Cordeiro *et al.* (2023), a verdade é situada e contextual, e a tentativa de estabelecer uma verdade universal e atemporal não é realista, pois o valor das “verdades” depende do contexto e das relações em que estão inseridas. Assim, a identidade dessas mulheres-mães migrantes, o sentido de maternidade e a ideia de pertencimento devem ser entendidos como construções situadas e temporais, moldadas pelas interações e práticas sociais que essas mulheres expericiam em seus contextos específicos.

Para Gergen e Rasera (2023), a visão construcionista se desdobra ao considerar que nossas descrições do mundo são construções socioculturais, e não representações objetivas. Esse ponto de vista implica que o conhecimento sobre maternidade e migração não é um reflexo fiel da realidade, mas uma construção que emerge do diálogo e das relações entre as mulheres e suas experiências. Como tal, a própria experiência de maternidade no contexto migratório é, ela mesma, uma prática social constituída e configurada em resposta às realidades sociais e culturais nas quais essas mulheres estão inseridas.

Por fim, ver-se essas experiências como processos de significação que recriam os sentidos de identidade e maternidade. Esse enfoque permite que o conhecimento e as vivências das mulheres-mães migrantes sejam valorizadas como práticas sociais carregadas de significação e reconhecimento mútuo. Dessa maneira, longe de serem fenômenos apenas individuais, a maternidade e a identidade dessas mulheres tornam-se interações de perspectivas diversas que dialogam e constroem significados coletivos.

Em suma, as percepções dessas migrantes ilustram como as condições de mulher-mãe e migrante se sobrepõem às suas necessidades e subjetividades no maternar. Essas condições criam uma realidade multifacetada, onde a migração, o gênero e a maternidade se entrelaçam e se influenciam mutuamente. Ao enfrentar desafios econômicos, culturais e emocionais, essas mulheres precisam adaptar suas práticas maternas para atender às exigências de novos contextos, o que transforma e ressignifica suas identidades como mães. O processo migratório torna-se, portanto, não apenas uma questão de deslocamento físico, mas também uma reconfiguração das suas subjetividades e da forma como exercem a maternidade em novos espaços culturais e sociais.

Dessa forma, ao analisar as três narrativas constata-se que embora o dilema entre cuidado e trabalho seja uma constante na experiência das participantes, ele se manifesta de formas distintas que são observadas na intensidade do conflito vivenciado, nas estratégias de negociação empregadas e nos desfechos específicos alcançados. Essa diferenciação é modulada

pelas trajetórias individuais, pelo capital social disponível e, pelo acesso (ou não) a recursos institucionais, que incluem, mas não se limitam a políticas públicas de cuidado infantil, programas de apoio a imigrantes ou redes de acolhimento social formais e informais. Essas contradições configuram-se como elementos estruturantes de suas vivências, expressando-se como processos de negociação contínua, dinâmica e constante entre demandas externas e necessidades internas.

Nesse cenário, escolhas como priorizar o cuidado dos filhos ou buscar inserção no mercado de trabalho não são compreendidas como decisões plenamente autônomas, mas como respostas condicionadas pelas restrições materiais (como precariedade salarial e habitacional), culturais (como normas de gênero pré e pós-migração que impõem responsabilidades específicas) e sociais (como a ausência de redes de apoio familiar/comunitário ou enfrentamento de discriminação) que caracterizam o contexto migratório.

A partir da análise das narrativas e da compreensão do dilema constante entre cuidado e trabalho, este panorama nos leva a compreender a maternidade no contexto migratório como um fenômeno profundo influenciado pelas restrições materiais, culturais e sociais em que essas mulheres-mães se encontram. Isso evidencia a necessidade de um olhar mais atento para as formas como essas diferentes esferas de suas vidas se sobrepõem e moldam suas práticas cotidianas, com impacto direto no processo de negociação contínua de suas demandas.

Apesar de o Brasil contar com marcos legais e políticas públicas que asseguram, ao menos formalmente, o acesso universal de migrantes a serviços essenciais, que seriam relevantes como recursos institucionais, essas iniciativas permanecem insuficientes frente às especificidades de mulheres-mães migrantes, contribuindo para a intensificação do dilema entre cuidado e trabalho. A atuação estatal, ainda que orientada pelos princípios da universalidade e equidade, revela sérias limitações na incorporação de recortes interseccionais nas políticas públicas, falhando em abordar as formas distintas como esse dilema se manifesta para diferentes grupos de mulheres.

Exemplos dessas limitações são evidentes em diversos campos, como no Sistema Único de Saúde (SUS), a universalidade formal é comprometida pela escassez de profissionais capacitados para o atendimento intercultural e a ausência de intérpretes e mediadores linguísticos. Tais lacunas afetam diretamente a qualidade do cuidado para gestantes e mães com filhos pequenos, o que resulta em baixa adesão ao pré-natal ou atrasos em diagnósticos e tratamentos que impactam a saúde de mães e crianças. Na assistência social, o Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico),

embora funcione como porta de entrada para benefícios como o Bolsa Família, apresenta complexidade burocrática do sistema e desinformação institucionalizada.

Essas barreiras dificultam o acesso de mulheres migrantes recém-chegadas ou em situação de vulnerabilidade, o que não apenas restringe o alcance de uma renda mínima essencial, mas também intensifica a precariedade e a necessidade de inserção em atividades informais, em condições de insegurança e desproteção. No funcionamento do Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE), embora adote uma definição ampliada de refúgio, há uma carência de respostas específicas para demandas de mulheres-mães, como o acesso à moradia temporária com suporte ao cuidado infantil. Trata-se de uma lacuna crítica, uma vez que a ausência de condições básicas de habitação e apoio compromete a capacidade dessas mulheres de reconstruir suas vidas e se integrar à sociedade de acolhimento.

Tal desarticulação se deve, em grande parte, à fragmentação institucional e à ausência de uma coordenação centralizada entre ministérios como Justiça, Saúde e Cidadania, o que impede a formulação e implementação de políticas públicas integradas, interseccionais e sensíveis às especificidades da maternidade no contexto migratório. A persistente ausência de políticas públicas que considerem tais intersecções não apenas reproduz desigualdades históricas, mas também invisibiliza demandas fundamentais, como o cuidado infantil e a proteção contra diferentes formas de violência, que compromete a autonomia, a dignidade e o processo de integração das mulheres-mães migrantes no Brasil. Nesse cenário, a 2ª edição da Conferência Nacional de Migrações, Refúgio e Apatridia (Comigrar), realizada em 2024, representa um avanço relevante ao aprovar propostas prioritárias que buscam uma abordagem interseccional, reforçando a urgência de políticas que articulem gênero, maternidade, raça, classe e condição migratória.

Considerações finais

O presente estudo evidencia que a interseção entre maternidade e migração configura um campo de experiências multifacetadas, marcadas por desafios emocionais, sociais e econômicos que afetam significativamente as mulheres-mães migrantes. À luz do Construcionismo Social, compreende-se que tanto a maternidade quanto a migração são fenômenos imbricados em discursos e relações sociais que constroem significados, delimitam papéis e moldam subjetividades.

Os dados analisados indicam que a sobreposição das responsabilidades maternas e das exigências migratórias gera sobrecargas significativas, frequentemente exacerbadas pela ausência de redes de apoio. Essa realidade se reflete na dificuldade de conciliar as demandas do cuidado com os filhos com a busca por inserção no mercado de trabalho, muitas vezes marcada pela precariedade e pela informalidade. Ademais, a ausência de políticas públicas inclusivas e de suporte institucional reforça desigualdades, em particular no acesso a serviços essenciais como creches e oportunidades educacionais, o que compromete tanto o bem-estar das mães quanto o desenvolvimento das crianças.

As narrativas destacam que as escolhas e trajetórias dessas mulheres são moldadas por contextos sociais e culturais que delimitam suas possibilidades. Essa constatação enfatiza a importância de compreender a maternidade e a migração como práticas sociais contextuais, criadas e sustentadas por interações e discursos. Nesse sentido, a perspectiva construcionista contribui para desvelar os processos de negociação de significado que permeiam as vivências dessas mulheres, evidenciando que suas práticas e escolhas são manifestações, mais do que circunstâncias individuais: são fruto de interações dinâmicas entre redes de apoio, discursos culturais, políticas públicas e sistemas de bem-estar social.

Em suma, as reflexões aqui trazidas buscam reforçar a urgência de políticas públicas que considerem as especificidades das mulheres-mães migrantes, para promover inclusão social, suporte emocional e oportunidades concretas de inserção socioeconômica. Essas políticas devem priorizar a expansão de creches, o fortalecimento de redes comunitárias e o desenvolvimento de estratégias que mitiguem as barreiras estruturais enfrentadas por essa população. Ao promover a construção de ambientes mais inclusivos e igualitários, será possível reduzir as desigualdades estruturais e valorizar a pluralidade das experiências maternas e migratórias, permite-se, portanto, que essas mulheres reconstruam suas trajetórias de forma digna e sustentável.

Referências

ACHING, M.C.; GRANATO, T.M.M. Role of a support network for refugee mothers. *Estud. psicol.*, Campinas, v. 35, n. 2, p. 137-147, 2018. Disponível em <http://old.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-166X2018000200137&lng=en&nrm=iso>.

BAIRD, M.B.; BOYLE, J.S. Well-Being in Dinka Refugee Women of Southern Sudan. *Journal of Transcultural Nursing*. 2012, v. 23, n. 1, p. 14-21. Disponível

em <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/1043659611423833>. Acesso em: 6 nov. 2024.

BARROS DE SOUZA, J. et al. Mulheres imigrantes haitianas no cuidado dos seus filhos no Brasil: facilidades e desafios. **Revista Baiana de Enfermagem**, [s.l.], v. 36, 2022. DOI: 10.18471/rbe.v36.47988. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/enfermagem/article/view/47988>. Acesso em: 6 nov. 2024.

BERTOLDO, J.; RICARDO, K. H.; Diálogos entre gênero e migrações: Mulheres imigrantes no Brasil/Dialogue Between Gender And Migration: Immigrant Women In Brazil. **Captura críptica:** direito, política, atualidade, v. 6, n. 1, p. 83-106, 2017. Disponível em: <https://ojs.sites.ufsc.br/index.php/capturaccriptica/article/view/3067>. Acesso em: 8 jul. 2025.

BRUNTON, G.; WIGGINS, M.; OAKLEY, A. Becoming a mother: A research synthesis of women's views on the experience of first-time motherhood. 2011.

London: EPPI Centre, Social Science Research Unit, Institute of Education, University of London. Disponível em <<https://www.semanticscholar.org/paper/Becoming-a-mother-%3A-a-research-synthesis-of-women%27s-Brunton-Wiggins/3b8b279361d1619096b77e622ab0bc54f92a3132>>. Acesso em: 8 jul. 2025.

CARPENEDO, M.; NARDI, H. Maternidade transnacional e produção de subjetividade: as experiências de mulheres brasileiras imigrantes vivendo em Londres. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 49, 2017.

CHOUEIRI, R.Z. **Maternidade e imigração:** tramas intersubjetivas. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) - Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo. São Paulo, p. 137. 2021. Disponível em <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47134/tde-08022022-140742/pt-br.ph>. Acesso em: 8 jul. 2025.

CORDEIRO, M. P; et al. Uma breve introdução ao movimento construcionista. In: CORDEIRO, M. P; et al. (Org.). **Diálogos sobre construcionismo social:** entrevistas com Kenneth Gergen, Lupicinio Línguez-Rueda, Mary Jane Spink e Tomás Ibáñez. Curitiba: CRV; IPUSP, 2023. pág. 13-28.

DANIEL, C. As relações de gênero na experiência migratória de peruano/as no Rio de Janeiro. **Ambivalências**, São Cristóvão-SE, v. 1, n. 2, p. 54–72, 2014. DOI: 10.21665/2318-3888.v1n2p54-72. Disponível em: <https://periodicos.ufs.br/Ambivalencias/article/view/1693>. Acesso em: 6 nov. 2024.

DUBUS, N. Family resiliency during resettlement: a comparative study of two Syrian families resettled in an **Arctic nation**. **Journal of Family Social Work**, v. 21, n. 2, p. 98-114, 2018.

GERGEN, K; RASERA, E.F. Diálogo com Kenneth Gergen. In: CORDEIRO, M. P; et al. (Org.). **Diálogos sobre construcionismo social:** entrevistas com Kenneth Gergen, Lupicinio Íñiguez-Rueda, Mary Jane Spink e Tomás Ibáñez. Curitiba: CRV; IPUSP, 2023. pág. 29-50.

GONZÁLEZ, F.E. Reflexões sobre alguns conceitos da pesquisa qualitativa. **Revista Pesquisa Qualitativa**, [S. l.], v. 8, n. 17, p. 155–183, 2020. DOI: <https://doi.org/10.33361/RPQ.2020.v.8.n.17.322>.

GRADVOHL, S. M. O.; OSIS, M. J. D.; MAKUCH, M. Y. Maternidade e formas de maternagem desde a idade média à atualidade. **Pensando fam.**, Porto Alegre, v. 18, n. 1, p. 55-62, jun. 2014. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-494X2014000100006&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 08 jul. 2025.

LEITE, M.G.; et al. Sentimentos advindos da maternidade: revelações de um grupo de gestantes. **Psicologia em Estudo** [online]. 2014, v. 19, n. 1, pp. 115-124. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1413-7372189590011>>. Acesso em 15 ago. 2024.

MORAES, M.C.L.; ARAÚJO, L.C.N.; CAMARGO, C.L. Black immigrants in São Paulo-Brazil: sociodemographic profile, reason for coming, embracement, and health. **Rev Esc Enferm USP**. 2023;57(spe):e20220448. <https://doi.org/10.1590/1980-220X-REEUSP-2022-0448en>. Acesso em 6 nov. 2024.

OLIVEIRA, L. C. de. **Os efeitos dos processos migratórios na saúde mental de mulheres imigrantes ou refugiadas a partir de uma análise interseccional**. 2022. Dissertação (Mestrado em Enfermagem Psiquiátrica) - Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2022. doi:10.11606/D.22.2022.tde-13052022-110142. Acesso em: 2024-11-06.

PANGAS, J.; OGUNSIJI, O.; ELMIR, R.; RAMAN, S.; LIAMPUTTONG, P.; BURNS, E.; DAHLEN, H.G.; SCHMIED, V. Refugee women's experiences negotiating motherhood and maternity care in a new country: **A meta-ethnographic review**. Int J Nurs Stud. 2019 Feb; 90:31-45. doi: 10.1016/j.ijnurstu.2018.10.005. Epub 2018 Dec 4. PMID: 30583266.

PATIAS, N. D.; HOHENDORFF, J. V. Critérios de qualidade para artigos de pesquisa qualitativa. **Psicologia em Estudo**, v. 24, p. e43536, 2019.

RAMOS, N.; Migração, maternidade e saúde. “**Repertório [Em linha]**: teatro & dança”. ISSN 1415-3203 (Print) ISSN 2175-8131(Online). A. 15, n°18 (2012), p. 84-93.

RAMOS, M.N.P; DIAS, M.J.S. Migrações contemporâneas e feminização: impactos e desafios para as políticas públicas e para a integração nas cidades.

Revista de Políticas Públicas, v. 24, p. 456–473, 16 Set 2020. Disponível em: <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/15157>. Acesso em: 16 ago. 2024.

RAMSAY, G. Motherhood Motivations: African Refugee Women Resettled in Australia and Return Visits to a Country of First Asylum. **International Migration** 2016; 54(4):87–101.

RASERA, E. F.; JAPUR, M. Os sentidos da construção social: o convite construcionista para a Psicologia. **Paidéia** (Ribeirão Preto), v. 15, n. 30, p. 21–29, jan. 2005.

SANT'ANA, F.L.; MENEZES, M.L.P. Refugiados congoleses no Rio de Janeiro: Entre os Desafios do Refúgio e a Resistência. **Geo UERJ**, [s. l.], n. 41, p. e52463, 2022. DOI: 10.12957/geouerj.2022.52463. Acesso em: 1 nov. 2024.

SAQUET, M. A.; MONDARDO, M. L. A construção de territórios na migração por meio de redes de relações sociais. **Revista NERA**, [s. l.], n. 13, p. 118–127, 2012. DOI: 10.47946/rnera.v0i13.1392. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/1392>. Acesso em: 6 nov. 2024.

SCHNITMAN, D.F. Perspectiva generativa en la gestión de conflictos sociales. **Revista de Estudios Sociales**, [En línea], n. 36, p. 51-63, 2010. Disponível em: <http://journals.openedition.org/revestudsoc/13316>. Acesso em: 10 dez. 2024.

SCHNITMAN, D. F. Processos generativos nos diálogos: complexidade, emergência e auto-organização. **Nova Perspectiva Sistêmica**, [s. l.], v. 21, n. 43, p. 9–21, 2012. Disponível em: <https://www.revistanps.com.br/nps/article/view/262>. Acesso em: 10 dez. 2024.

SCHNITMAN, D.F. Perspectiva e prática gerativa. **Nova Perspectiva Sistêmica**, São Paulo, v. 25, n. 56, p. 55–75, dez. 2016. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-78412016000300006&lng=pt&nrm=isso. Acesso em: 10 dez. 2024.

SOARES, H. C. G.; FARIAS, C. P. **Mulheres-mães e pandemia:** solidão, sobrecarga e sofrimento. In: XXXI CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA, 2022, Pelotas. Anais [...]. Pelotas: Universidade Federal de Pelotas, 2022. Disponível em: <https://guaiaca.ufpel.edu.br/handle/prefix/11059>. Acesso em: 6 nov. 2024.

TONHATI, T.; ARAÚJO, A. Mulheres, “um corpo no mundo”: migração feminina no Brasil. In: MELO, A. A. A. et al. Refúgio, migrações e cidadania. **Caderno de Debates**, v. 18, n. 18, 2023. Brasília: Instituto Migrações e Direitos Humanos. Disponível em: <https://www.migrante.org.br/wp-content/uploads/2024/01/CADERNO-DE-DEBATES-18.pdf#page=15>. Acesso em: 16 ago. 2024.

WITTGENSTEIN, Ludwig. **Investigações filosóficas**. Tradução de AS Mendes. 2022. Disponível em: http://www.wittgensteintranslations.org/IF/IF_Ebook_digital.pdf. Acesso em: 12 nov. 2024.

Recebido em fevereiro de 2025.

Aceito em julho de 2025.